



AÇÃO AFIRMATIVA NOS CURSOS OFERTADOS PELA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

AFFIRMATIVE ACTION IN COURSES OFFERED BY THE OPEN UNIVERSITY OF BRAZIL AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF TOCANTINS

Adriano Castorino 1

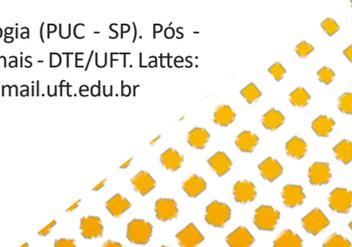
Resumo: Este texto é sobre a inclusão de estudantes indígenas e quilombolas no ensino universitário como parte do processo de garantia de direitos para estas populações. Assim, o recorte aqui estabelecido é o programa de inclusão denominado Ação Afirmativa na UAB, na Universidade Federal do Tocantins. O Programa UAB/AF tem como foco incluir estudantes Indígenas e Quilombolas nos cursos ofertados pela Universidade Aberta do Brasil, projeto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, que oferta cursos na modalidade à distância. A meta principal do Programa UAB/AF é aproximar e estabelecer vínculos entre a Universidade Federal do Tocantins e as comunidades quilombolas e indígenas do estado do Tocantins.

Palavras-chave: Estudantes Indígenas e Quilombolas. Inclusão. Educação Online.

Abstract: This text is about the inclusion of indigenous and quilombola students in university education as part of the process of guaranteeing rights for these populations. Thus, the clipping established here is the inclusion program called Affirmative Action at UAB, at the Federal University of Tocantins. The UAB/AF Program focuses on including indigenous and quilombola students in courses offered by the Open University of Brazil, a project by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel – Capes, which offers distance learning courses. The main goal of the UAB/AF Program is to bring together and establish links between the Federal University of Tocantins and the quilombola and indigenous communities of the state of Tocantins.

Keywords: Indigenous and Quilombola Students. Inclusion. Online Education.

1 Graduação em Letras (UFG). Mestrado em Ciências do Ambiente (UFT). Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia (PUC - SP). Pós - doutorado em Antropologia (UFSC). Professor na Universidade Federal do Tocantins/Diretoria de Tecnologias Educacionais - DTE/UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0574458524737559>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7979-6694>. Email: adrianoCastorino@mail.uft.edu.br



Introdução

Este trabalho parte da concepção de que a inclusão de estudantes indígenas e quilombolas é parte do processo de garantia de direitos para estas populações. Assim, o recorte aqui estabelecido é o programa de inclusão denominado Ação Afirmativa na UAB, na Universidade Federal do Tocantins. O Programa UAB/AF tem como foco incluir estudantes Indígenas e Quilombolas nos cursos ofertados pela Universidade Aberta do Brasil, projeto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, que oferta cursos na modalidade à distância.

A meta principal do Programa UAB/AF é aproximar e estabelecer vínculos entre a Universidade Federal do Tocantins e as comunidades quilombolas e indígenas do estado do Tocantins. Aqui o pressuposto da inclusão vai muito além do escopo da Constituição Federal, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 ou da resolução própria da UFT. Por isso, o dever da universidade em cumprir a lei se mostra aqui um imperativo. O projeto de inclusão de estudantes quilombolas e indígenas tem, além da previsão legal, o apoio da comunidade universitária, para quem esta ação extrapola em muito o mero cumprimento da lei.

Dentro do Projeto UAB/AF a primeira atividade executada foi elaborar um plano de visita às comunidades quilombolas. Esse plano de visita demandou um esforço logístico muito grande consideradas as distâncias e os tipos de acesso às comunidades indígenas e quilombolas. Esse esforço se explica, em primeiro lugar, porque não se deve, nunca, começar um projeto destes sem antes ouvir as pessoas que serão alvos da política pública.

A premissa da visita sempre foi a de dialogar com as lideranças, compreender as dinâmicas locais, aproximar a instituição da vida das pessoas em cada uma das comunidades quilombolas e indígenas visitadas. Sempre em contato com as lideranças destas comunidades, para que a agenda de visita fosse construída também numa perspectiva dialógica, observando o tempo de cada espaço e a cultura de cada povo.

Além disso, foi feito um esforço logístico e político para que fosse possível conversar com as prefeituras e/ou representantes do poder público municipal. Isso reforça também uma outra premissa desse projeto: envolver vários parceiros na elaboração e, possivelmente, na execução das atividades. Assim, em cada município em que tinha comunidade quilombolas e/ou indígena houve uma agenda com as prefeituras. Em alguns casos, no entanto ainda não foi possível avançar nas conversações, mas as possibilidades ainda estão de pé.

Em termos de gestão do Programa UAB/AF, todas as atividades de coordenação são feitas na cidade de Palmas, onde se localiza a sede da UFT. Para acessar todas as áreas onde estão os alunos é preciso considerar que de acordo com o IBGE (2008) as distâncias, no estado do Tocantins que possui 139 municípios, são de 899,5 km na direção norte-sul, e 615,4 km na direção leste-oeste. Isso significa que a logística de transporte pressupõe as distâncias entre a capital do estado e os municípios atendidos. Além disso, tem de ser levado em conta, as distâncias das sedes dos municípios até as localidades de moradia das populações atendidas.

Os estudantes indígenas atendidos, atualmente, no Programa UAB/AF são indígenas do Povo Karajá e do Povo Xerente. Já os estudantes quilombolas atendidos são das seguintes comunidades: Prata, no Município de São Félix do Tocantins; Mumbuca, no Município de Mateiros; Lajeado, no Município de Dianópolis.

A perspectiva que norteia tanto a concepção quanto a execução do Programa UAB/AF é instituir, a partir do acesso ao ensino universitário, a inclusão que contemple outros direitos. Por isso, dentro da metodologia de assistência estudantil, aplicada aqui neste programa, a UFT se faz presente no cotidiano destas comunidades. Esta presença auxilia nas atividades próprias de cada um dos cursos em oferta, mas também ajuda a estas comunidades a compreenderem outros direitos, em especial aqueles relativos à terra, ao território, à saúde e educação.

No caso das populações indígenas há, de modo excepcional, uma política de saúde que considera, de algum modo, as características próprias de cada povo indígena. Mas no caso da educação básica, muito embora exista previsão legal para uma educação própria, de fato esse é um direito ainda não efetivado de fato. Em relação às populações quilombolas, não há, ainda atendimento específico de saúde, nem tampouco existe modelos educacionais que assegurem os modos próprios de aprendizagem.

Por isso, o ingresso de estudantes indígenas e quilombolas em cursos de graduação, em especial nas áreas de ciências (Química, Biologia, Física e Matemática) representa um avanço tanto no sentido de que a linguagem científica pode também ser uma linguagem do cotidiano quanto para o currículo escolar nestas comunidades.

Os Desafios da Inclusão de Estudantes Indígenas e Quilombolas

A inclusão estudantil é, portanto, o acesso a um direito, qual seja, o de estudar que traz consigo uma oportunidade de compreender também que há outros direitos que são (e estão sendo) sistematicamente negligenciados. Conforme o contexto de cada uma das comunidades atendidas no Programa UAB/AF, é perceptível como as condições objetivas de vida são precarizadas. Este quadro de deterioração das condições objetivas de vida também produz efeitos mais subjetivos na vida das pessoas destas comunidades.

Por isso, há em cada estudante um sentimento de que não são capazes de enfrentar as rotinas de estudo nos cursos em que estão matriculados. Aliás, esse peso também é presente naqueles estudantes indígenas e quilombolas que frequentam os cursos presenciais. No decorrer da execução do programa de assistência é possível perceber, por causa da maior proximidade com a vida cotidiana, como estas comunidades são vítimas do abandono do estado.

Um outro detalhe importante que o Programa UAB/AF demonstrou está relacionado à modalidade de ensino. Por ser cursos ofertados na modalidade à distância, os estudantes permanecem nas comunidades. Assim, à medida em que vão se aprofundando nos conteúdos de cada curso, vão também socializando este conhecimento com todos da comunidade. Há, nesta modalidade, uma vivência contínua tanto de cada estudante com os conteúdos e aprendizados e o cotidiano da comunidade.

Todavia, mesmo numa modalidade de ensino que pode ser efetivada no contexto de vida dos estudantes, sobressai também a completa falta de acesso a equipamentos de informática e ferramentas de tecnologias digitais. Esse ponto é, portanto, um enorme desafio para a efetivação da inclusão. Há desde a total falta de acesso aos meios e ferramentas de tecnologias de comunicação e informação como as dificuldades de estrutura de redes nas comunidades atendidas.

Assim, é sempre muito importante ressaltar que os modelos de inclusão, quer sejam por cotas, reservas de vagas ou outras formas de ingresso, não resolve, como num passe de mágica o legado de exclusão vivido pelos povos indígenas e quilombolas. Neste sentido,

A política de reserva de vagas para o ingresso nas universidades pode ser compreendida como uma medida compensatória, de caráter social ou como direito que visa reparar os danos causados, ao longo dos anos, a grupos sociais historicamente marcados pelas desigualdades de oportunidades nos diferentes espaços da sociedade. Contudo, sabe-se que esta política não é uma garantia de rompimento da lógica da exclusão, mas consiste num importante passo na garantia de acesso a direitos educacionais, outrora negados socialmente (DIAS DE OLIVEIRA; RAIMUNDO REYES; BATISTA CASTORINO, 2021. p 447).

Mais uma vez é possível constatar como a efetivação de um direito, neste caso, um direito elementar, como é o acesso à educação, demanda uma série de outras ações que, sem as quais, não é possível que o acesso seja pleno. É importante ressaltar, como diz Thais Santos (2018), que a presença quilombola em espaços acadêmicos tem muitos aspectos e sentidos.

Hoje, quilombolas ingressam na universidade ocupando um espaço que antes não era imaginado, ou “permitido”, espaço este que pode colaborar para o fortalecimento de suas lutas

por terra, e por afirmação de sua identidade quilombola. E para tanto, é preciso olhar para as políticas públicas educacionais direcionadas para esse público, com uma atenção especial para o passado de espoliação e para um presente de gritantes desigualdades sócio raciais e educacionais pelas quais eles e seus antecessores foram submetidos (SANTOS, 2018. p.4).

Assim, a oportunidade produzida pela inclusão, como política de direitos, tem também essa possibilidade de garantir a presença tanto de estudantes indígenas quanto quilombolas no ambiente universitário. A inclusão é a oportunidade de mudança social nos grupos sociais dos estudantes que frequentam o ensino universitário.

É nesse contexto que colocamos a importância da implementação de políticas de ação afirmativa entre elas a reserva de vagas para quilombolas e indígenas, nas quais a experiência das cotas de outros países, afirmou-se como um instrumento veloz de transformação, sobretudo no domínio da mobilidade socioeconômica, considerando como um dos aspectos não menos importante para superação da desigualdade racial (AMARAL NETO, 2019. p.14).

Esses gargalos ainda persistentes e de difícil resolução, como o direito de acesso às tecnologias de informação, comunicação e equipamentos sempre produzem um efeito de frustração nos estudantes. Essa frustração decorre da sensação de que para muitos destes estudantes relatam que mesmo acessando os cursos, não deixam de se sentir à margem do processo de ensino. Por isso, é preciso ter em mente que um dos maiores desafios na oferta de cursos via modalidade à distância é a ausência de recursos para aquisição de estrutura tecnológica.

Com esse quadro de profunda escassez de equipamentos, esta modalidade que poderia ser muito mais profícua para democratizar o acesso à universidade, não consegue ainda ser plenamente democrática. Por isso, a inclusão estudantil, como um direito humano fundamental, precisa, em si própria, ser completa para que as pessoas incluídas não tenham de passar pela sensação de frustração de chegar tão perto e ter de desistir.

Além desses aspectos mais relativo às bases estruturais de oferta dos cursos, falta também um entendimento sobre os materiais didáticos e curriculares. No caso dos estudantes indígenas, que contam com o direito de acesso à educação na sua própria língua, os cursos em oferta pela UAB na Universidade Federal do Tocantins nenhum destes contam com nenhuma iniciativa que leve em conta a cultura ou a língua dos povos indígenas cujos estudantes estejam matriculados.

Por isso, os limites de atuação do Programa UAB/AF estão restritos a um modelo de acompanhamento estudantil. Neste acompanhamento também foi possível perceber como os desafios de logística também são um problema à parte neste processo de inclusão. Numa experiência de inclusão com estudantes quilombolas e indígenas já feita por mim (CASTORINO, 2019) já estavam presentes os enormes desafios de logística, em especial porque as comunidades indígenas e quilombolas estão situadas distantes da sede da UFT, em Palmas, capital do estado do Tocantins.

Tendo em vista, como já afirmado aqui, que o Programa UAB/AF parte de uma premissa de que a inclusão é uma efetivação de direitos, a proposta educativa intrínseca na concepção deste programa está ancorada na pedagogia freiriana. Paulo Freire (1987) enfatiza como o diálogo é parte imprescindível para que a colaboração do outro possa ser efetivada. Essa pedagogia dialógica ajuda a ressignificar o papel da universidade, na sua ação fundamental de incluir estudantes indígenas e quilombolas.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de

palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar (FREIRE, 1987, p. 44).

Assim, o Programa UAB/AF traz uma noção de que o papel da Universidade é fomentar e possibilitar o acesso, garantir a permanência durante o curso e mobilizar mais pessoas para que possam estudar. Com essa perspectiva de inclusão que vai desde processos mais simples de ingresso na universidade até o pleno acompanhamento do percurso formativo de cada estudante, a universidade consegue, minimamente, garantir que as marcas da desigualdade social vão desaparecer gradativamente da vida destas pessoas.

Conforme afirma Letícia Cao Ponse (2018), a inclusão de estudantes indígenas e quilombolas, traz à tona a crueldade do processo colonial, no todo e em partes, carregado de violências.

Para além de os estudantes indígenas compartilharem com os outros grupos de alunos cotistas, como os afrodescendentes, a questão da origem social e dos efeitos da discriminação racial, acrescenta-se ao debate sobre as ações afirmativas como compensação pelos danos históricos da colonização algumas dificuldades específicas de integração desses sujeitos na universidade. Um desses problemas toca em uma dicotomia firmemente estabelecida no senso comum: aquela que coloca, de um lado, os “saberes tradicionais” (pensados como algo a ser resgatado, recuperado, afirmado, valorizado, etc.) e, de outro, a “ciência ocidental”, construídos como um par de opostos em descontinuidade e com difíceis possibilidades de diálogo (PONSE, 2018).

Neste modelo de ação afirmativa, a Universidade não pode falar sozinha. Por isso, em todo o processo de interação que a UFT faz nas comunidades pressupõe necessariamente que a comunidade tem o direito à fala. Por isso, em todos os processos de comunicação são sempre feitos de modo dialógico. Isso exige que os tempos burocráticos da Universidade tenham de se adaptar aos tempos próprios de cada comunidade.

Aliás, esse é um ponto primordial da relação entre a institucionalidade dos processos administrativos e burocráticos do fazer acadêmico e a vida que transcorre no seio das comunidades quilombolas e indígenas. É típico do cotidiano universitário a fala recheada de nomenclaturas e verbetes especializados, uma excessiva formalização da linguagem, medidas e nominatas. Ocorre que na vivência mediada pela oralidade, pelas relações de afetividades e maneiras orgânicas de entrelaçar a vida, as comunidades indígenas e quilombolas não conseguem entender, de imediato, a fala da universidade, mesmo que dispensem atenção e tempo.

Para efetivar uma aproximação e criar laços afetivos é preciso que a noção de tempo, de autoridade de fala e normas de confiança sejam dialogadas entre a universidade e a comunidade. Isso leva algum tempo e necessita de paciência. A confiança da comunidade demora para ser construída porque, não raro, estas populações tendem a não dar atenção e importância a quem vem de fora.

Todavia, cada vez que se faz mais fortes os laços afetivos entre o fazer institucional da universidade e o conjunto das pessoas num contexto como o dos povos indígenas e quilombolas, tanto mais há uma forte tendência de que cada estudante que ingresse no ensino superior vá até o final com sucesso. O empenho e empolgação de cada pessoa depende, principalmente, das redes de afetividade e confiança que a comunidade vai construindo com a universidade.

Os Impactos da Pandemia de Covid-19 no Programa UAB/AF

Como o Programa UAB/AF foi sendo construído aos poucos, à medida em que os cursos iam sendo ofertados, o maior número de estudantes se deu entre 2018 e 2022. Foi justamente durante este período, precisamente no ano de 2020 e parte de 2021, que a Pandemia de Covid – 19 se abateu sobre nós, ainda em março de 2020.

Muitas coisas tiveram que ser alteradas de uma hora para outra. A começar pelo cancelamento das atividades que presumiam encontros presenciais. Não se tinha, naquele momento, nenhuma noção de como seria a continuação das atividades acadêmicas diante do quadro de devastação de vidas que a doença espalhava no mundo todo e também no contexto local.

Neste contexto, desde abril de 2020, todas as atividades da UAB, na UFT, passam para o formato totalmente online. Assim, suspendemos os encontros presenciais de orientação, de atendimento ou de aplicação de provas. Nesse sentido, o trabalho de assistência pedagógica, previsto, como se comenta aqui, para ser uma atividade presencial, passa a ser totalmente feito por meio de aplicativos de mensagens, vídeo chamadas e telefone.

Esse arranjo de acompanhamento das atividades de assistência pedagógica teve ainda mais peso na carga horária distribuída aos/as professores/as que trabalham na educação a distância na UFT. Quando as atividades eram presenciais no decurso anterior ao momento de Pandemia, o cumprimento de atividades se dava dentro do tempo disponível, conforme o planejamento pedagógico próprio da modalidade de educação à distância.

Já no atendimento unicamente online, essa noção de tempo foi se diluindo cada vez mais, isso gerou um maior volume de trabalho, sobretudo porque cada estudante demandava ajuda em diferentes momentos do dia. Essa sobrecarga trouxe tantos problemas para a categoria docente, porque de uma hora para outra era como se tudo fosse mensagens e *lives*, reuniões *online* e protocolos sanitários.

Mesmo que cada professor/a conseguisse ajudar apenas dentro do tempo disponível para o atendimento, havia já, represado no aplicativo de mensagens, um montante de perguntas e demandas. Essa foi uma das principais consequências da transposição dos trabalhos que seriam feitos na modalidade presencial para o atendimento online. Na modalidade de educação à distância, ainda mais no contexto em que a UFT atua, é imprescindível que existam encontros presenciais, reuniões de orientação e visita às comunidades.

Dentre as tantas coisas que ocorreram tanto na vida pessoal quanto na vida profissional, foi preciso ir aprendendo como atender dentro do contexto de Pandemia, aprendendo a sobreviver utilizando os aplicativos de mensagens. Refazendo contatos, reconstruindo laços afetivos, apoiando ações de socorro humanitário e iniciativas de distribuição de alimentos.

Neste ponto aqui é muito oportuno lembrar uma fala de Boaventura de Sousa Santos. Para Santos

A actual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a década de 1980 — à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do sector financeiro — o mundo tem vivido em permanente estado de crise. Uma situação duplamente anómala. Por um lado, a ideia de crise permanente é um oxímoro, já que, no sentido etimológico, a crise é por natureza excepcional e passageira e constitui a oportunidade para ser superada e dar origem a um melhor estado de coisas. Por outro lado, quando a crise é passageira, ela deve ser explicada pelos factores que a provocam. Mas quando se torna permanente, a crise transforma-se na causa que explica tudo o resto. Por exemplo, a crise financeira permanente é utilizada para explicar os cortes nas políticas sociais (saúde, educação, previdência social) ou a degradação dos salários. E assim impede que se pergunte pelas verdadeiras

causas da crise. O objectivo da crise permanente é não ser resolvida (SANTOS, 2020, p. 5-6).

A crise sanitária, portanto, trazia consigo tanta agonia e desalento como também impunha novas sanções econômicas. Estas crises aglutinadas no mesmo tempo e espaço, como frisa a explicação de Boaventura de Sousa Santos (2020), vulnerabiliza ainda mais as pessoas mais pobres, como são os povos indígenas e quilombolas.

Deste modo, o esforço, no primeiro semestre de 2020, foi quase todo em manter as atividades regulamente, mesmo que dentro do contexto tão desolador da Pandemia. Num contexto, como se já sabe, em que as expectativas de sobreviver à Pandemia pareciam uma guerra cotidiana, foi preciso muito esforço e muita coragem para manter todos/as os/as estudantes engajados/as nas atividades pedagógicas. Com esse arranjo, o que estava previsto de atividades presenciais, como as viagens de acompanhamento presencial, aplicação de provas e orientação de atividades *in loco* foram suspensas.

Aqui é importante reportar que o cenário de Pandemia de Covid – 19 trouxe uma realidade de atendimento educacional em que todos os esforços tiveram de ser postos à disposição do atendimento dos/as estudantes matriculados/as para que fosse possível cuidar da vida (e da sobrevivência) e continuar estudando regularmente. Isso significou que, de um lado, a estrutura da UAB teve de desdobrar para garantir minimamente que o andamento das atividades acadêmicas seguisse alguma normalidade.

Diante deste cenário, diga-se de passagem, mórbido, a coordenação do Programa UAB/AF, quando possível, orientou que todas as atividades, quando possíveis, deveriam ser feitas sempre com o menor número de pessoas possíveis. Isso ajudou, pelo menos, que nas comunidades pudessem haver reuniões entre os estudantes membros das mesmas famílias.

O fato é que a Pandemia entra em cena e altera, abruptamente, todos os acordos já planejados. O cenário era de total incerteza, tudo parecia ser como numa distopia, em cada dia se revelava ainda mais aterrador e inesperado. Assim, tomados deste estado de morbidez, cuja tônica era o medo, as notícias cada vez mais sombrias e trágicas davam uma sensação de incerteza e insegurança. Aguentar a barra e manter os trabalhos, mesmo via aplicativos de mensagens, foi um ato de muita coragem e solidariedade com cada estudante que estavam sendo atendidos/as.

Quando em agosto de 2020, eu fui contaminado pela Covid – 19, ficando todo o mês de recuperação, muito embora tenha sido contaminado e não tenha desenvolvido nenhum sintoma grave, fiquei todo o período prescrito pelos serviços de saúde em isolamento. O isolamento é uma experiência que nos fragiliza ainda mais, justamente porque a Pandemia estava soterrando todos os modelos de contato humano, de rodas de conversa, de encontros presenciais.

Levanto minha cabeça, já recuperado, e, depois de consultar especialistas e a minha chefia imediata, decido retomar, aos poucos, em setembro de 2020, preparo um roteiro de viagens às comunidades atendidas pelo Programa UAB/AF. Um misto de entusiasmo, de esperança e cautela, assim com máscara, álcool gel nas mãos o tempo todo, fazendo visitas e falando com as pessoas sem sair de dentro do veículo.

Foi uma viagem estranha, sem o mesmo calor humano, sem a mesma proximidade. Eram essas as novas condições de sobrevivência. Assim, pude ver *in loco* o que somente houvera sabido por meio de relatos e mensagens de celular ou e-mail. As novas condições de estudo, a pobreza crescente, as dificuldades de todos/as, alunos/as, comunidade em geral, em lidar com a educação estritamente por meio de plataformas digitais. De setembro a dezembro, consegui, com muitas cautelas, fazer visitas aos/as estudantes indígenas e quilombolas. Nestas visitas, percebi que as condições de aprendizagem, já complicadas devido aos problemas de acesso às ferramentas de comunicação e informação, no contexto de Pandemia a aprendizagem ficou ainda prejudicada.

Quando estive presencialmente nas comunidades, ainda que com o devido distanciamento, pude perceber as redes de apoio mútuo agirem para diminuir os impactos da precarização causados pela Pandemia. Até estas viagens, as redes de apoio eram percebidas por mim apenas como um mecanismo de assistência pedagógica. Mas não eram apenas isso, muito embora essa ajuda pedagógica fosse primordial. Essa rede apoio também alcançava também aspectos da vida em meio à Pandemia.

Um dos aspectos mais absurdos da Pandemia, portanto, era o aumento da pobreza, a redução drástica da renda, o aumento de preços dos alimentos. Tudo isso agrava ainda mais todos os índices sociais que, em tempos anteriores à Pandemia, já eram desumanos. Por isso, as redes de apoio dentro das comunidades quilombolas e indígenas servia também para apoiar os estudos escolares, compartilhar alimentos, fazer reforços de sustentação e consolo. Na primeira viagem que fiz em setembro, a UFT conseguiu incrementar a rede de apoio da Comunidade Quilombola Mumbuca, com um pequeno aporte de cestas de alimentos.

Em todo caso, diante do quadro aterrador da doença implacável, toda ajuda parecia pouca. Ainda assim, como se por uma persistência cuja força motriz fosse a própria raiz ancestral destas comunidades não houve nenhuma desistência dos/as estudantes matriculados/as. Assim, dentro das possibilidades que o estado de Pandemia permitia, consegui visitar a todos/as os/as estudantes que estão dentro do projeto. Essa visita, como estou dizendo aqui demonstrou como as redes mútuas de apoio pedagógico também foram essenciais para que houvesse esse sentimento de persistência, de continuidade.

Quando chegamos ao final do ano, em dezembro de 2020, com o semestre da UAB já chegando ao fim, parece que havia uma sensação de imensa vitória. Uma vitória, mesmo com algumas dores, mas uma vitória expressiva. As redes de apoio eram organizadas pelos/as professores/as efetivos/as da rede estadual de educação que trabalham em unidades escolares estaduais nas sedes dos municípios em que há estudantes indígenas e quilombolas matriculados/as nos cursos da UAB.

Aspectos Afetivos na Política de Inclusão

Passado o ano de 2020, como resumido aqui neste texto, vem a retomada das atividades no ano de 2021. Agora já com a esperança renovada, pessoas vacinadas e novos planejamentos para as atividades presenciais. O ano de 2021 foi um ano, mesmo que em compasso de retomada, devolveu, de algum modo, a vida a plenos pulmões. Todas as atividades presenciais foram plenamente retomadas no segundo semestre de 2021 e completadas no primeiro semestre de 2022.

Uma atividade retomada depois do cenário de Pandemia arrefecer um pouco foi uma visita técnica ao Parque Nacional da Chapada Diamantina, ao Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia e ao Projeto Tamar, em Praia do Forte. Essa viagem também ajudou a superar um pouco toda a morbidez dos dias de Pandemia.

Em agosto de 2022 o Programa UAB/AF, a despeito de todos os desafios, como relatados aqui, dá mais um passo na efetivação da participação dos estudantes indígenas e quilombolas. Esta efetivação ocorre com o ingresso de novos estudantes. Assim, a partir de agosto de 2022, a participação de nos cursos da UAB, ofertado pela UFT, contará com mais estudantes indígenas e quilombolas.

Quanto mais estudantes houver, mais comunidades quilombolas e indígenas serão beneficiadas. Ainda mais considerando os cursos que estão em oferta neste momento, da área de ciências, o que se pode projetar para um futuro próximo é que a educação básica será fortemente impactada por estes estudantes. Uma das áreas com mais baixos índices nas avaliações é sempre as áreas de ciências, por isso, este programa é tão importante para a plena cidadania dos povos indígenas e quilombolas.

A inclusão, neste sentido aqui, é como se fosse uma porta para uma jornada de acesso a mais direitos. A premissa é a de que quase todos os direitos hoje negados no todo ou em partes, poderiam ser acessados, de alguma forma, com a melhoria da qualidade da educação. O acesso à educação de qualidade é um princípio de cidadania.

No caso específico das comunidades quilombolas e indígenas, o aprendizado, ainda que feito com tantos gargalos, garante a estes dois povos um acesso a uma linguagem que durante muito tempo foi negada a eles. Essa linguagem das ciências, como química e física, por exemplo, representa muito para estas populações porque garante a elas um entendimento sobre temas que são curricular e politicamente importantes.

Além desse aspecto, há também os ganhos relativos à presença permanente da Universidade no cotidiano destas comunidades. Um desses ganhos é também político e social,

porque de algum modo, essa presença cotidiana da universidade ajuda no entendimento de temas de política partidária, que é um tema presente nestas comunidades, de política associativa e de pertencimento. Neste último aspecto, é notório como a presença ativa da universidade no dia a dia destas comunidades pode impactar positivamente a vida destas pessoas e também qualifica melhor o trabalho da Universidade no contexto destas comunidades.

O fato de a universidade aprender a conviver com o contexto das comunidades tradicionais, como é o caso das comunidades indígenas e quilombolas, amplia muito o escopo de atuação acadêmica porque tanto mais esse aprendizado é dialógico tanto mais a universidade pode fazer uma política de inclusão efetiva.

De certa forma, no Programa UAB/AF é um modelo de assistência pedagógica feito com o foco nesta dimensão do acesso aos direitos fundamentais, interação dialógica, reciprocidade e construção de vínculos. Isso significa que há uma dimensão afetiva no desenvolvimento do processo de inclusão porque cada estudante matriculado/a tem da universidade um esforço institucional para que todos os saberes e toda a perspectiva sejam parte do processo de ensino e aprendizagem, por isso, à medida em que a presença da UFT vai se consolidando no interior das comunidades, os vínculos vão sendo construídos e fortalecidos.

As necessidades mais prementes destas comunidades perpassam pelo acesso à educação, em especial nos graus que formam para o exercício profissional, como é a formação de professores. Por isso, a partir do acesso à universidade, via Programa UAB/AF, outras necessidades vão se tornando mais visíveis. A maioria destas demandas, portanto, estão invariavelmente relacionadas a direitos.

As comunidades indígenas e quilombolas, além de todas as demandas, sempre estão tendo que disputar a demarcação e a proteção do território. No caso das populações indígenas há uma política de demarcação do território que difere da política de demarcação do território quilombola. Ainda assim, nos dois casos, as pressões sobre a terra são constantes, ainda mais tendo em conta o contexto de monocultura predominante no estado do Tocantins.

Essas dimensões de apropriação de direitos vão sendo efetivadas tanto mais a presença da universidade se faz contínua. Por isso, esta é uma política de inclusão que faz um aporte pedagógico, como assistência contínua, que na medida mesma que garante a efetivação de um direito, o de acesso a educação, consolida outros direitos também urgentes e necessários.

Considerações

As histórias de vida de cada estudante atendido/a no Programa de Ação Afirmativa UAB/AF demonstra que o alcance de uma política de inclusão traz tantos ganhos que, quase sempre, estão muito além dos objetivos próprios do escopo do programa. Por isso, cada pessoa atendida é a garantia de que a situação de acesso a direitos é o melhor caminho para a superação das inúmeras desigualdades sociais.

O papel da universidade, como uma entidade educacional, é oferecer formação profissional e humana. Ainda assim, nesta atividade é possível ampliar ainda mais o escopo de atuação da universidade justamente porque tanto mais pessoas possam ser atendidas tanto mais será possível produzir uma sociedade mais justa e socialmente mais equilibrada.

Ainda não é possível dimensionar de fato todos os impactos da Pandemia de Covid-19 na vida dos/as estudantes atendidos/as pelo Programa UAB/AF. Todavia, é visível que as condições sociais de vida, as condições econômicas de sustento da vida ficaram ainda mais agravadas.

Isso significa que a universidade, como instituição de fomento do acesso a direitos tem um papel ainda mais urgente: auxiliar as associações destas comunidades na busca por direitos.

Por isso, a presença da gestão da universidade em contexto das comunidades atendidas pelo Programa UAB/AF demonstra que há, dentro dos domínios administrativos, pedagógicos e acadêmicos da UFT um interesse legítimo de que a aproximação seja feita de modo que a inclusão aconteça plenamente.

Numa reportagem de Bianca Zanella (2022), há um relato em que a dimensão do Programa UAB/AF traz, como política de inclusão, uma proposta de diálogo entre a universidade e as comunidades atendidas pela política de ação afirmativa. Essa é uma das premissas deste programa.

Referências

AMARAL NETO, P. D. **Das lutas do Quilombo ao acesso à Universidade:** a permanência de alunos Quilombolas no curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Pará / Campus Guamá. UFPA, 2019. Disponível em: https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/2249/1/TCC_LutasQuilomboAcesso.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

CASTORINO, A. Uma experiência com povos indígenas e quilombolas no curso de formação de gestores e conselheiros de cultura. *In: MORAES, Nelson Russo de et al (Orgs.) Povos originários e comunidades tradicionais:* trabalhos de pesquisa e de extensão universitária. (Volume 3). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

OLIVEIRA, S. M. D; RAIMUNDO, C.R.; CASTORINO, A. B. Conversas com quem fala outra língua. **Interfaces da Educação**, v.12, n. 34, p. 438–462, 2021. Disponível em: [www. https://doi.org/10.26514/inter.v12i34.4892](http://www.doi.org/10.26514/inter.v12i34.4892).

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010**. Biblioteca digital. Rio de Janeiro. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20 dez. 2022.

PONSE, L. C. **Letramento Acadêmico Indígena e Quilombola:** Uma Política Linguística Afirmativa voltada à Interculturalidade Crítica. Dossiê: *Trab. linguist. apl.* v.57, n.3, set./dez. 2018. Unicamp, SP. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/010318138653744444791>. Acesso em: 08 dez. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, Thais C. **Diversidade e Representação:** Os(As) Quilombolas no Ensino Superior. Uberlândia, MG. 2018. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1538350556_ARQUIVO_TrabalhoCompletoXCOPENE-2018.pdf. Acesso em: 11 dez. 2022.

ZANELLA, B. **De olho nos desafios da EaD, reitor e pró-reitor visitam comunidades no Jalapão**. Palmas, TO, 2022. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/31978-de-olho-nos-desafios-da-ead-reitor-e-pro-reitor-visitam-comunidades-no-jalapao>. Acesso em: 14 dez. 2022.

Recebido em 28 de novembro de 2022.

Aceito em 19 de dezembro de 2022.